

■ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

■ O Programa Escola da Terra como Processo de Construção Identitária de Profissionais da Educação do Campo no Distrito Federal

The Rural School Program as a process of identity construction for professionals of rural education in the Federal District

 Edinéia Alves Cruz *

Resumo: O que se pretende com este texto autoetnográfico é relatar a experiência de formação continuada no âmbito da segunda edição do Programa Escola da Terra no Distrito Federal, desenvolvida pela Universidade de Brasília - UnB, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF e o Ministério da Educação – MEC. O percurso formativo foi ofertado para ser, ou melhor dizendo, desenvolvido com profissionais da Carreira Magistério da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. As concepções de ser humano e de formação que permearam a implementação do Escola da Terra viabilizaram processos de construção de identidades profissionais impregnadas de histórias de vida, alinhavadas com as identidades camponesas das escolas e comunidades de atuação. Isso foi possível por meio da observação e reflexão acerca do conhecimento construído em coletividade. Tal construção foi permeada pelo refinamento dos olhares para os aspectos sociais, políticos, econômicos, éticos, estéticos, culturais, ambientais e humanos e, também, para os princípios que fundamentam a função social da Escola Pública do Campo.

Palavras-chave: Programa Escola da Terra. Educação do Campo. Processos. Construção. Identidade. Coletividade.

Abstract: The aim of this autoethnographic text is to report the experience of continuing education within the scope of the second edition of the Escola da Terra no Distrito Federal, developed by the University of Brasília - UnB, in partnership with the Secretary of State of Education of the Federal District - SEEDF and the Ministry of Education - MEC. The training course was offered to be, or rather, developed with professionals of the Teaching Career of the Public Education Network of the Federal District. The concepts of being human resources and training that permeated the implementation of Escola da Terra made possible processes of construction of professional identities impregnated with life stories, aligned with the peasant identities of the schools and communities in which they operate. That has been possible through observation and reflection on collectively constructed knowledge. Such construction was permeated by the refinement of the looks for the social aspects, political, economic, ethical, aesthetic, cultural, environmental and human, and also for the principles that underlie the social function of public rural schools.

Keywords: Rural School Program. Rural education. Process. Construction. Identity. Collectivity.

* Edinéia Alves Cruz é mestra em Administração, especialista em Supervisão Escolar, graduada em Pedagogia, Letras (Português/Inglês) e Artes Visuais. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Supervisora pedagógica na Escola Parque da Natureza de Brazlândia - EPNBraz. Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Educação, Cultura & Arte – Labeca (UnB/CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Educação Crítica e Autoria Criativa (UnB/CNPq) – GECCRIA Contato: edineiacruz@edu.se.df.gov.br

ESCREVIVÊNCIAS...

Não seremos de todo infelizes se pudermos contar a nós mesmos a nossa história. Se nos for garantido o direito ao conhecimento de nós mesmos como profissionais.

Miguel G. Arroyo

Para iniciar este relato, compartilharemos constatações nascidas no cotidiano escolar. Na condição de profissionais atuantes em escolas reconhecidas que compõem o grupo de Escolas do Campo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, não são raras as vezes que nos inquietamos ao ouvir e dialogar a Educação do Campo. Nesses momentos, é comum repensarmos contextualizações, teorizações, práticas e sentimentos acerca dos atos de ensinar e aprender e também do processo de educar e educar-nos. Torna-se essencial, então, fazer uso da perspicácia de reconhecer os potenciais revolucionários das leituras de mundo para considerar tal inquietação como indício da necessidade de aprofundamento nas vivências coletivas desenvolvidas nos contextos das comunidades escolares a que nos dispusemos a pertencer. O objetivo disso é a compreensão das simbologias que impregnam de sentidos nossas escolhas pedagógicas, tecidas com fios multidiversos de vida.

Nessa perspectiva, o Programa Federal Escola da Terra¹, implementado pela Universidade de Brasília – UnB, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF² e com o Ministério da Educação - MEC, tem possibilitado processos de conscientização (FREIRE, 2016) de sujeitos profissionais da educação integrantes da Rede Pública de Ensino do DF acerca de aspectos sociais, políticos, econômicos, éticos, estéticos, culturais, ambientais e humanos que permeiam essa Educação do Campo que vem sendo construída no Distrito Federal a muitas mãos.

Essa construção da Educação do Campo no Distrito Federal segue ganhando fôlego, principalmente por meio da integração das Escolas do Campo aos modos de vida dos sujeitos que compõem as comunidades em que elas estão inseridas; da expansão dos diálogos e espaços de construção coletiva de conhecimentos relacionados a ela, no âmbito dos movimentos populares organizados, como os oriundos ou do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ou vinculados a ele, e da SEEDF, em âmbito, central, intermediário e local; da normatização de seus aspectos gerais e específicos, a exemplo da publicação da Portaria SEEDF nº 419 de 20 de dezembro de 2018; e do desenvolvimento de processos críticos de formação de profissionais da Educação, a exemplo do Programa Escola da Terra e de cursos ofertados pela Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação – EAPE/SEEDF; dentre outros movimentos viabilizadores.

Enfatizamos a impressão persistente de que, na medida em que nós, sujeitos educadores, tomamos consciência do quão conscientes vamos nos tornando acerca do que envolve cada um dos aspectos que permeiam a Educação do Campo e por que (FREIRE, 2016), experimentamos uma hecatombe de (im)percepções contextuais arraigadas nas posturas profissionais, das mais comuns às mais forçosamente travestidas de elaboração, e assumimo-nos, de forma orgânica, sujeitos educandos, partícipes de processos coletivos simultâneos de educação e autoeducação.

A partir daí, é inevitável perceber fissuras na hegemonia de pensamento a que as camadas mais populares da sociedade, das quais nós, profissionais da Rede Pública de Ensino, fazemos parte, vêm lutando para sobreviver, desde o dito “descobrimiento do Brasil”, conscientemente ou não. Não havendo formas dignas de desver o visto por meio de lentes de conscientização, nem de dar passos atrás na própria trajetória formativa, torna-se profícuo reconhecer que o melhor caminho é vivenciar os processos de construções coletivas que possam convergir para a emancipação humana, defendida por Paulo Freire (1997), a que todo sujeito deveria ter direito garantido.

Quando foi iniciada a organização das formações da segunda edição do Programa Escola da Terra no Distrito Federal, no primeiro semestre de 2020, muitas interferências não previstas foram evidenciadas. A pandemia de Covid-19, em plena ascendência, não permitia os encontros presenciais na Universidade, como na edição anterior. A intensa rotina laboral remota na SEEDF, integrada à família estava já provocando adoecimento dos profissionais cursistas, o que indicava possibilidade de desistências. Então, reformulações estruturais tanto amplas quanto pontuais se tornaram necessárias no planejamento das ações. Isso foi o que viabilizou a conclusão da formação de 180 horas por 164 cursistas.

O diálogo, persistentemente defendido como caminho de ensino e de aprendizagem na Educação do Campo, foi convertido, por meio da circularidade das relações, em caminho de construção coletiva do percurso formativo paralelo e condicionada ao seu próprio desenvolvimento, numa perspectiva cíclico-operacional de planejamento coletivo, seguido de ação coordenada, seguida de avaliação reflexiva conjunta, seguida de (re)planejamento coletivo estratégico, seguido de ação coordenada, reiniciando o processo e levando adiante construções de possibilidades que cheguem às margens dos contextos sociais de vivências habituais de privilégios multifacetados.

Com o Programa Escola da Terra sendo conduzido dessa forma, nós, como parte legítima dele, inserimos em sua segunda edição o caráter de comunidade de aprendizagem entusiasmada, na perspectiva

apresentada por bell hooks (2013), e de comunidade de mudança, na perspectiva defendida por Juliana Dias e Kaic Ribeiro (2021).

Apesar dessas autoras e desse autor não comporem o arcabouço teórico direto do Programa Escola da Terra, são citados por dialogarem profundamente com ele e com os modos eleitos para seu desenvolvimento, já que reverenciam a educação como ato revolucionário, em que todos os sujeitos tornam-se conscientes, e apreciam estar conscientes, de estarem educando uns aos outros e se autoeducando, a partir de posturas observadas e adotadas e de vivências compartilhadas, sentindo-se pertencentes e corresponsáveis por tudo o que se refere aos propósitos compartilhados.

Integradas a essa comunidade movida por princípios e simbologias inerentes à valorização do ser humano, vimo-nos encorajadas a imergir numa investigação autoetnográfica, para observar os contextos e relações em que estamos inseridas, como educadoras do campo em formação, e refletir sobre nossas identidades profissionais, sobre a função social da escola pública e sobre nosso papel em sua conjuntura.

Esse processo permite a identificação de pontos de convergências e contradições em relação às características que foram se desenhando para significação do perfil basilar de Sujeito/a Educador/a do Campo, coerente com uma proposta educativa em que terra, trabalho, história, cultura, luta social (CALDART, 2000), vivências de opressão, conhecimento popular e organização coletiva são matrizes formativas (SEEDF, 2019) tecidas a fios de histórias de vida e diálogos e direcionadas para a consciência de classe, para a produção de cultura e conhecimento, para a sustentabilidade e para a emancipação humana. Ressaltando que “o diálogo consiste em uma relação horizontal e não vertical entre as pessoas implicadas, entre as pessoas em relação” (GADOTTI, 1996, p.80).

Não concebemos esse perfil como modelo, já que entendemos que modelos não conseguem abraçar a boniteza das multiplicidades de autoria e de identidades que permeiam as relações no âmbito do processo de construção da Escola do Campo nem da vida. Pensamos nele como integração de características essenciais necessárias para o fomento das tratativas críticas das questões da Educação do Campo, constituindo uma espinha dorsal consistente o suficiente para resistir às interferências e tentativas de deslegitimação das pedagogias engajadas nos movimentos de transformação social e da atuação de seus agentes, bem como para sustentar as identidades desses agentes com tudo de concreto e simbólico que as permeia no sentido de autorreconhecimento da condição própria de Sujeito da Educação do Campo e partícipe da construção da Escola do Campo.

Construindo conhecimentos coletivamente, inebriadas pela essência de valorização humana das possibilidades esboçadas ao longo dos encontros formativos do Escola da Terra, por diferentes vozes e o anseio comum de semear alternativas justas de mudança social, passamos a nos dedicar à auto-observação mediada pela pergunta: minha identidade profissional é coerente com a Educação do Campo em que declaro acreditar e cuja efetivação declaro almejar?

Temos consciência de que atuar numa escola localizada no campo não é suficiente para que nenhum sujeito seja um educador do campo. Tampouco, estar localizada em área camponesa é suficiente para que uma escola seja considerada efetivamente uma Escola do Campo. As questões identitárias perpassam o reconhecimento do educador e da escola como pertencente ao campo. Tanto para pessoas que se propõem a ser escolas quanto para escolas, que inevitavelmente são constituídas de pessoas, não basta estar no campo para ser do campo. Faz-se necessária a integração aos modos de vida que são desenvolvidos nele, consideração às questões territoriais, históricas, sociais, culturais e ambientais e construção de vínculos de respeito e valorização com os sujeitos que formam a comunidade.

O Escola da Terra fomentou em nós processos (auto) reflexivos e de conscientização que ultrapassam os limites da informação acerca dos marcos legais e conquistas relacionadas à Educação do Campo, alcançando espaços de análise crítica de nossas próprias atuações como profissionais e cidadãs no âmbito de nossas responsabilidades sociais e humanas, em relação a nós mesmas, aos outros e ao meio que nos abriga.

Nesse sentido, é importante considerar os aspectos que influenciaram o aprofundamento dos sentidos formativos e metodológicos, tais como: formato operacional do curso, rede de coordenação, sistematização de registros, vivências e desenvolvimento das aulas. É importante, também, ponderar que esses aspectos foram, simultaneamente, caminhos de edificação da segunda edição do Escola da Terra e grandes desafios, por se configurarem como tentativas sem parâmetros contextuais de comparação e/ou referências existentes.

O formato operacional do curso teve como principal característica a flexibilização da forma, já que a operacionalização foi sendo constituída de maneira dinâmica, dialogada e considerando as atipicidades do momento histórico-social em que formadores e cursistas estavam inseridos, em decorrência das inseguranças trazidas pela pandemia da Covid-19. Assim, eram construídas propostas no âmbito da coordenação, que eram discutidas com os assessores pedagógicos, que traziam ponderações próprias e dos cursistas. Alinhando as ideias e experiências, a operacionalização ia ganhando forma, podendo ser modificada, conforme necessidade

ou possibilidade de otimização identificada e partilhada por todos os participantes do Programa.

No formato mais profícuo a que se chegou e que sacramentou sua efetividade, o curso foi reestruturado para viabilizar a participação efetiva dos cursistas, mantendo a profundidade das construções tanto no tempo de atividades com a Universidade, quanto no tempo das atividades nas comunidades escolares. Como forma de proteção à vida, em meio ao contexto de pandemia, as atividades da segunda edição do Escola da Terra foram desenvolvidas remotamente, mediadas por recursos tecnológicos.

O primeiro foi um módulo mais conceitual, denominado Complexos Temáticos e Escola do Campo. Era composto por três disciplinas: 1) Educação do Campo: Princípios, Fundamentos e Políticas Públicas, 2) Escola e Educação do Campo e 3) Organização Escolar e Método do Trabalho Pedagógico: Gestão de processos educativos escolares e Gestão de processos educativos comunitários.

O segundo módulo, denominado Complexos e formação por área do conhecimento. Ao longo dele, os cursistas optaram por uma das três áreas de conhecimento: Linguagens, Ciências da Natureza e Matemática. Dessa forma, os grupos anteriores divididos por territórios do DF de atuação dos cursistas foram reorganizados a partir das áreas de conhecimento, sendo ofertadas disciplinas convergentes com elas, dentro dos fundamentos da Educação do Campo, abordadas anteriormente.

No terceiro módulo, denominado Metodologias, práticas pedagógicas para escolas de Ensino Fundamental (multisseriadas) do campo a partir dos complexos, foi retomada a organização inicial dos grupos. Foram desenvolvidas as disciplinas: 1) Práticas pedagógicas e o sistema de complexos nas escolas do campo, 2) Práticas escolares nas escolas do campo: intercâmbio de experiências e 3) Seminário integrador: avaliação e sistematização do curso.

Ao final de cada disciplina, era desenvolvido um Seminário Integrador³, para trocas de experiências, saberes, impressões e também contradições entre cursistas, formadores e pesquisadores e militantes da Educação do Campo. Como as demais aulas, os seminários eram momentos de imersão reflexiva e elaboração coletiva de possibilidades educativas emancipatórias. Assim, foi garantida a democratização do saber e a solidariedade no seio do Escola da Terra e direcionadas para além dele, para as comunidades escolares.

As equipes de coordenação do Programa Escola da Terra no âmbito da Universidade de Brasília, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e do Ministério da Educação formaram uma rede que reúne competências administrativas, pedagógicas, docentes e humanas.

Dessa forma, integraram os assessores pedagógicos e cursistas da segunda edição nos diálogos de maneira evidentemente propositiva e generosa, dando a segurança necessária para que todos desenvolvessem o sentimento de pertencimento não só ao Programa, mas também e principalmente à luta pela Educação do Campo, favorecendo o engajamento nela das maneiras possíveis a cada um e a cada uma no momento. Nessa rede, os múltiplos saberes de todos e todas foram valorizados e postos a serviço da coletividade.

A sistematização de registros parece ser, comumente, colocada em lugar de menos privilégio do que o necessário. Consciente de que estávamos construindo coletivamente um período histórico da Educação do Campo, repleto de contradições escancaradas, ressignificações e persistências, nossa Comunidade de Aprendizagem criou o canal Teares da Terra DF, no YouTube, com vistas a documentar e compartilhar os seminários que marcavam a conclusão de cada disciplina no âmbito formal do curso, com vistas à garantia de reverberação delas para a vida em sociedade.

Além disso, os cursistas elaboravam memórias e sínteses dos conteúdos, utilizando diferentes linguagens e recursos, com vistas não apenas à avaliação formal dentro do curso, mas, principalmente, para documentar todas as etapas do processo formativo, criando fontes de pesquisa para fomento da continuidade da defesa da Educação do Campo, entendida como

Uma concepção de Educação que é articulada e construída historicamente pelos Movimentos Sociais que atuam no campo brasileiro, tem a vinculação com a questão agrária, com a pedagogia do oprimido, pedagogia do movimento, pedagogia socialista e para a Pedagogia histórico-crítica, com teoria pedagógica revolucionária, tendo na sua raiz o trabalho como princípio educativo. (MELO, 2018, p. 26-27)

Do primeiro ao último encontro formativo, a abordagem das teorias e o uso do material de estudo não se encerraram neles mesmos. Serviram como adubo para as posturas de vida germinadas. Embasaram a partilha de vivências contextualizadas com a realidade, mesmo que ela fosse contraditória, trazidas à luz das possibilidades de continuidade e também de mudança construídas nos diálogos do grupo.

Isso era o que mais agregava valor ao desenvolvimento das aulas. Apesar das distâncias físicas, a interação mediada por tecnologia não impediu a subversão à educação bancária. A mística de abertura de cada aula funcionava como novos traços de humanidade desenhados na pele de nossas concepções de práxis, reforçando que aquilo que aprendemos nos constitui como sujeitos multidimensionais e por inteiro e que aquilo que ensinamos também ensinamos como seres multidimensionais e por inteiro. Afinal,

somos seres tão complexos que nos firmamos no mundo por meio de nossa incompletude, afetados por afetos, inspirados por atitudes éticas, movidos por causas que nos inquietam.

Vale ressaltar ainda que, em cada aula, a apresentação da memória da aula anterior, situava os e as participantes no momento presente da trajetória formativa e reforçava o caráter contínuo e sinérgico dos passos dados coletivamente. Isso amenizava os impactos das adversidades contextuais.

Da mesma forma, a cada memória revisitada de nossas histórias de vida, melhor compreendemos nossas responsabilidades enquanto sujeitas/os, cidadãs/ãos e profissionais da educação na sociedade desigual e injusta de que fazemos parte. À medida que vamos bebendo na fonte das lutas sociais por garantia de direito às oportunidades educativas emancipatórias e as percebemos como válidas por conversarem com nossas próprias realidades dentro e fora dos limites físicos da escola, percebemos nossa identidade profissional sendo embebida pelos princípios, pela ética, pela solidariedade e pelo caráter revolucionário da Educação do Campo. Vamos, inevitavelmente, tomando consciência de nossa assunção como educadoras do Campo. Vamos nos entregando, sem medos nem amarras históricas, à satisfação de sentir o cheiro de terra também em nossas mãos quando erguemos os punhos na luta pela mudança da forma escolar (CALDART, 2015).

Nas nossas experiências, a trajetória formativa na segunda edição do Programa Escola da terra funcionou como parte essencial do processo de construção e reconhecimento de nossas identidades como sujeitas educadoras do campo, pois foi reforçada em nós a necessidade de defesa do respeito e da valorização dos sujeitos camponeses, principalmente por eles e elas mesmos.

No Escola da Terra, reconhecemos companheiros(as) de caminhada revolucionários, nas ações, nas significâncias e nos afetos. Fomos inspiradas a reassumir diariamente nosso compromisso em busca de desenvolver, onde quer que estejamos, processos educativos crítica e colaborativamente com os sujeitos do campo, nossos pares, com vistas ao aprimoramento coletivo nos diversos sentidos humanos e da vida.

Vale reforçar que ser sujeito do campo não diz respeito, necessariamente, a viver no campo, mas a carregar o campo no peito, a amá-lo e defendê-lo como referência de lugar de construção coletiva do que é bom, belo, significativo e aprazível.

“Como profissionais que lidam com esses coletivos segregados que chegam, somos levados a entrar nessa disputa histórica por negação ou reconhecimento de outros saberes, outras histórias e modos de pensar e de ler o mundo. De entender-se.” (ARROYO, 2020, p.15).

Há tentativas multilaterais de invisibilização dos educadores na sociedade brasileira. A segunda edição do Escola da Terra evidenciou, em momentos de debate e até em decorrência de algumas desistências do curso, a contradição de que ainda há profissionais que atuam na escola do Campo sem se reconhecerem como sujeitos do Campo, negando a necessidade de reflexão acerca dos modos de exercício de poder inerentes às relações sociais e também a necessidade de mudança da forma da Escola do Campo, para melhor atendimento das demandas sociais, principalmente de politização e emancipação humana.

No entanto, a cada dia mais conscientes da identidade com que regamos nossas práxis, em número e intensidade crescentes, seguimos sendo agentes essenciais de mudança social, cientes de que todas as nossas escolhas são políticas e reverberam para lugares além do que podemos prever ou controlar. Como é possível perceber nos registros da avaliação do curso, ao final dele. Foram feitas três perguntas a que os cursistas deveriam responder com três palavras diferentes, formando nuvens de palavras⁴ em que quanto mais a palavra é citada, maior ela aparece. As participações ocorreram a partir da disponibilidade de um link que direcionava para o site do aplicativo utilizado.

Os/As cursistas não tinham obrigatoriedade de responder às perguntas e o fizeram conforme suas condições, após roda de conversa sobre todo o percurso formativo e diversas manifestações orais que convergiam para o consenso de que a formação trouxe desafios pessoais e profissionais consideráveis, principalmente devido à pandemia, mas que o saldo havia sido positivo, servindo, inclusive, como estímulo para continuidade de pesquisas e formações, pelo potencial de conscientização e ressignificação profissional.

A primeira pergunta avaliativa feita aos cursistas foi “O que semeamos?”. O objetivo era verificar como os/as cursistas se perceberam ao longo do percurso formativo e a consciência acerca de suas contribuições para o andamento dele. A nuvem de palavras da Figura 1 contou com respostas de 99 participações.

A outra pergunta avaliativa feita aos cursistas foi “O que colhemos?”. O objetivo era verificar como os processos coletivos de aprendizagem foram percebidos pelos/as cursistas. A nuvem de palavras que compõe a Figura 2 contou com respostas de 86 participações.

A próxima pergunta foi “O que levaremos para o próximo cultivo?”. O objeto era verificar como os cursistas percebiam as possibilidades de partilha das aprendizagens e reflexões construídas no âmbito do Escola da Terra para as comunidades escolares em que atuam. A nuvem de palavras na Figura 3 contou com respostas de 50 participações.

Notas

- ¹ O Programa Escola da Terra é instituído pela Portaria MEC nº 579 de 02 de julho de 2013. Foi implementado no Distrito Federal como curso de formação continuada, com carga horária de 180 horas, ofertado e desenvolvido pela Universidade de Brasília – UnB e acompanhado pedagogicamente pela SEEDF. A formação é destinada a professores que atuam no âmbito da Educação do Campo e/ou nas Unidades Escolares do Campo. A primeira edição iniciou-se em 2018, sendo concluída em 2019. A segunda edição foi iniciada em 2020 e concluída em 2021.
- ² A Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal foi representada ao longo do processo de implementação da segunda edição do Programa Escola da Terra no Distrito Federal pela atual Gerência de Atenção à Educação do Campo, da Unidade de Gestão Articuladora da Educação Básica, da Subsecretaria de Educação Básica da SEEDF. Coordenadora Central na referida Gerência, a Professora Maura Luciane Souza, após submissão a processo seletivo no âmbito da SUBEB, vem atuando como Coordenadora Distrital Programa Escola da Terra, participando diretamente, como representante da SEEDF, da articulação com a UnB e com o MEC.
- ³ As gravações dos Seminários Integradores estão disponibilizadas no Canal Teares da Terra DF, no YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UC6GacHDXyFe-q_6Ppq8qg. Acesso em 12 de maio de 2022.
- ⁴ As nuvens de palavras foram criadas através do site www.mentimeter.com.
- ⁵ Conforme a entrevista concedida por Conceição Evaristo a Ana Paula Acauan, para a Revista PUCRS (disponível em: <https://www.pucrs.br/revista/esse-lugar-tambem-e-nosso/>), em 1994, ela utilizou em sua dissertação de mestrado um jogo de palavras entre escrever, viver, escrever-se vendo e escrever vendo-se, dando vida ao verbo escrever, que depois deu, pariu o termo escrevivências. Depois da publicação dos anais de um seminário de que a escritora participou, por volta do ano 2005444, no Rio de Janeiro, terminando seu relato mencionando que “nossa escrevivência não era para ninar a casa-grande, e sim para acordá-la de sonos injustos”, o termo escrevivência foi ganhando atenção por remeter-se à imagem das africanas e suas descendentes escravizadas dentro de casa, tendo como uma de suas tantas funções usar suas palavras domesticadas para contar histórias para fazer dormir os meninos da casa-grande, e hoje ser fator de libertação das mulheres negras, que usam de suas histórias e escritas para subverter a ordem e acordar os “da casa grande”.
- ⁶ O 8M corresponde à Turma 1, do território Brazlândia. Tendo 12 cursistas matriculados, a turma iniciou as aulas com oito mulheres. Com o passar dos dias, as adversidades da pandemia se impuseram e mais uma colega não teve condições de continuar. No entanto, o nome do grupo foi mantido, visto que havia sido adotado devido a uma atividade desenvolvida no primeiro módulo, culminando num boletim que está disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1F1CpVCccMOf6NX6TAewLulwMgqlr1V/view?usp=sharing>.

Referências

- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- CALDART, Roseli Salete. (org.). **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CALDART, R. S., STEDILE, M. E. e DAROS, D.(org.). **Caminhos para transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 115-138.
- DIAS, Juliana de Freitas; RIBEIRO, Djonatan Kaic. In: **No espelho da linguagem: diálogos criativos e afetivos para o futuro**. Juliana de Freitas Dias - organizadora. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 312p.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Brasília – DF, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2016.
- GADOTTI, Moacir. **A voz do biógrafo brasileiro: a prática à altura do sonho**. In: GADOTTI, Moacir. (org.). Paulo Freire: uma bibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.
- HOOKE, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- MELO, Pedro Cerqueira. **Pedagogia histórico-crítica e Escola da Terra (PRONACAMPO) análise dos fundamentos na formação continuada de professores para a escola do campo no Estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado. Amargosa, BA, 2018. 181f.